

Permanência de estudantes negras(os) no CAHL/UFRB

Juliéverson Messias de Carvalho



Permanência de estudantes negras(os) no CAHL/UFRB

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Leila Damiana Almeida dos Santos Souza

Leilane Silveira D'Ávila

Luciana da Cruz Brito

Maurício Ferreira da Silva

Paula Hayasi Pinho

Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento

Rafael dos Reis Ferreira

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (Presidente)

Rubens da Cunha

SUPLENTE

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Tatiana Polliana Pinto de Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

(Referente ao Edital nº. 004/2020 EDUFRB – 15 anos de Ações e Políticas

Afirmativas da UFRB)

Andrey Rooseweet Chagas Lemos

Edilza Correia Sotero

Givânia Maria da Silva

Lúcia Maria Xavier de Castro

Petrônio José Domingues

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Juliéverson Messias de Carvalho

Permanência de estudantes negras(os) no CAHL/UFRB



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia
2022

Copyright©2022 by Juliéverson Messias de Carvalho

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Antonio Vagno Santana Cardoso

Foto de capa

Ascom

Revisão e normatização técnica

Carmo Bráz de Oliveira e Juliéverson Messias de Carvalho

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98

C331p

Carvalho, Juliéverson Messias de.

Permanência de estudantes negras(os) no CAHL/UFRB /
Juliéverson Messias de Carvalho. Cruz das Almas, BA:
EDUFRB, 2022.
76p.

Este Livro Eletrônico é parte da Coleção 15 Anos de Ações e
Políticas APrmativas da UFRB – Volume 6.

ISBN: 978-65-88622-69-8 (Coleção).

ISBN: 978-65-88622-42-1 (Volume).

1.Estudantes negros – Educação. 2.Estudantes negros –
Programas de ação aPrmativa. 3.Sociologia educacional –
Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Título.

CDD: 378.1

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela
Elaboração – Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Livro publicado em 22 de novembro de 2022



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro

44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

Às minhas avós
Maria da Luz Messias (*In Memoriam*) e
Maria Aparecida Santana de Carvalho (*In Memoriam*),
com carinho, amor e gratidão.

Duro Não é Cabelo

Duro são as Escolas e
Suas Deixas
Por tê-lo e por ser belo
O cabelo
Querem zero, ou prendê-lo
Eu não quero
E o barbeiro amarela
Na dele
Sem atitude sem negritude
Não entende Crespitude
Racismo
É engodo e sequela
Engorda os de lá
E os de cá esfarela.
(...)
Orgulho negro é calombo
Insulta o país,
Nós contamos os tombos
A estatística diz
Conta pela cota
(...)
Um a menos na facu
Duro não é o Cabelo
(...)
É o sistema
E não alisa
Quebra na emenda
De mantê-lo
É orgulho
Entenda a persistência
Crespo na essência
Político
E resistência.

Poeta: Akins Kinte.

Sumário

Introdução	9
Desigualdades e desenvolvimento: Recôncavo da Bahia	15
Cotas raciais no ensino superior público	19
Estudantes negras(os): PROPAAE/UFRB e o PPQ	27
Estudantes negras(os): origem social e juventude	37
CAHL/UFRB: ingresso ao ensino superior público	41
CAHL/UFRB: coletivos e grupos de afinidades	55
Estudantes negras(os): identidades, branquitude e negritude	59
Considerações finais	63
Referências	67
Sobre o autor	73

Introdução

Esse livro é resultado de minha dissertação de mestrado (CARVALHO, 2018) onde priorizei a análise qualitativa, de caráter etnográfico, combinada a uma abordagem socioantropológica e histórica orientada para a educação superior pública brasileira. Clifford (1998, p. 54) considera a etnografia uma atividade plural e para além do controle de qualquer indivíduo, denotando-a como uma compreensão sobre a “visão dos nativos”. Nesse sentido, a pesquisa levou em consideração a autoridade experiencial baseada na “sensibilidade para o contexto estrangeiro” (CLIFFORD, 1998, p. 34). Compreendendo que interpretação não se trata de interlocução, partiu da negociação construtiva, envolvendo sujeitos conscientes e politicamente significativos.

São apresentadas sete entrevistas semiestruturadas que realizei com estudantes de graduação do CAHL/UFRB, sendo: três homens e quatro mulheres, de cinco cursos de graduação, que ingressaram entre 2013 e 2016. Com o objetivo de preservar as identidades das(os) interlocutores, os nomes abaixo são de origem africana e afro-latino-americana e foram obtidos a partir da busca por significados de nomes próprios africanos, com pesquisa do portal Geledés, em maio de 2018 (GELEDÉS, 2013).

Adofo, 29, homem cis heterossexual, curso de Comunicação social - publicidade e propaganda. Significado do nome: Que ama. Origem do nome: Akan - Gana - África Ocidental.

Afya, 41, mulher cis heterossexual, curso de Museologia. Significado do nome: Saúde. Orige do nome: Kiswahili - África Oriental.

Ashanti, 24, mulher cis heterossexual, curso de Ciências Sociais – Bacharelado. Significado do nome: mulher africana forte. Origem do nome: Gana África Ocidental.

Jahari, 22, homem cis bissexual, curso de Serviço Social. Significado do nome: Jovem forte e poderoso. Origem do nome: Afro Americano - Porto Rico.

Iruwa, 54, mulher cis heterossexual, curso de Museologia. Significado do nome: Aquela que viu o mundo. Origem do nome: Ibo da Nigéria - África Ocidental.

Kashka, 23, homem cis “viado”, curso de Licenciatura em História. Significado do nome: Amigo. Origem do nome: Nigéria - África Ocidental.

Nijala, 53, mulher cis heterossexual, curso de Museologia. Significado do nome: Que vem com alegria. Origem do nome: Yoruba da Nigéria - África Ocidental.

O roteiro de perguntas foi confeccionado em 26 de julho de 2017 e atualizado quinze depois. A realização das entrevistas aconteceu entre 21 de agosto de 2017 e 23 de março de 2018¹ e contou com um roteiro de 27 questões, sendo: 08 quantitativas e as demais qualitativas. Com exceção de Kashka, entrevistado em sua residência por se tratar do final do semestre letivo 2017.2; e Adofo, realizada na sede do PPGCS - Cultura Desigualdades e Desenvolvimento da UFRB, as demais aconteceram na sala do Movimento Estudantil - M.E, do CAHL/UFRB, com cerca de 40 minutos em média cada uma.

A Constituição Federal de 1988 traz consigo o princípio de igualdade no Artigo 5º, *caput*:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, *online*).

Não obstante, entre os dias 03 e 13 de dezembro de 2013, após vinte e cinco anos da constituinte, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas so-

¹ Início do semestre letivo 2017.1 em: 15 de maio de 2017. Início do semestre letivo 2017.2 em: 16 de outubro de 2017.

bre Afrodescendentes² esteve no país em uma visita programada e divulgaram um comunicado à imprensa, expressando que:

Os afro-brasileiros não serão integralmente considerados como cidadãos plenos sem uma justa distribuição do poder econômico, político e cultural (ONUBR, 2013, online).

O geógrafo e professor Milton Santos (1996/1997) mencionou a si próprio para dizer que não é possível afirmar que cidadania é a garantia de uma individualidade forte:

O meu caso é como o de todos os negros deste país, exceto quando apontado como exceção. E ser apontado como exceção, além de ser constrangedor para aquele que o é, constitui algo de momentâneo, impermanente, resultado de uma integração casual (SANTOS, 1996/1997, p. 135).

Com isso expõe o porquê da análise das situações de preconceito no Brasil supõe um estudo da formação socioeconômica brasileira. Especifica uma lista de cidadanias mutiladas, seja no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas, na remuneração, melhor para uns do que para outros, na localização dos homens, sua moradia, ou no comportamento da polícia e da justiça.

Souza (1990, p. 18), por sua vez, psiquiatra e psicanalista nascida em Cachoeira – BA escreve sobre a “constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros”, argumentando que o mito da democracia racial formado ao longo do século XX, provocou um apagamento físico e simbólico de corpos negros e suas culturas.

Ser negro não é uma condição dada a priori:

É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro [...]. A possibilidade de construir uma identidade negra - tare-

² Verene Shepherd (Jamaica), relatora-presidenta; Monorama Biswas (Bangladesh); Mireille Fanon-Mendes-France (França); Mirjana Najcevska (Antiga República Iugoslava da Macedônia) e Maya Sahli (Argélia). Foi estabelecido em 2002 pela então Comissão de Direitos Humanos, após a Conferência de Durban, em 2001.

fa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo de figuras primeiras - pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco (SOUZA, 1990, p. 77).

Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio, tendo em vista que a sociedade colonial foi escravagista de alto a baixo e a representação do negro como inferior se constituiu numa situação de fato.

As desigualdades persistem desde a abolição da escravatura (1888) como um resultado da negação das diferenças. Na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, o Estado brasileiro finalmente reconheceu a responsabilidade diante do racismo institucionalizado e encarou o acesso à justiça pela população negra, indígena e quilombola como uma dificuldade de superação.

Um exemplo dessa dificuldade está no intervalo de treze anos desde a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH³ até o Decreto que o aprovou (BRASIL, 2009). Em 21 de março de 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR⁴ foi criada e o Estatuto da Igualdade Racial instaurado em 2010, mediante a Lei Nº 12.288, de 20 de julho daquele ano (BRASIL, 2010).

Na ocasião, Abdias Nascimento (1914 - 2011), intelectual nascido em Franca – SP e foi uma figura representativa importante do Movimento Negro Brasileiro, lamentou e criticou a classe política em razão de terem retirado trechos que previam cotas para negros na educação bem como a criação de uma política de saúde voltada para a população negra. Foi Abdias o primeiro parlamentar a defender as cotas raciais quando era senador (WESTIN, 2021).

³ Decreto Nº 1.904, de 13 de maio de 1996, posteriormente revogado pelo Decreto Nº 4.229, de 13 de maio de 2002, que dispôs sobre o PNDH.

⁴ Medida Provisória Nº 111/2003, convertida em Lei Nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

Em novembro de 2017, o Sistema ONU Brasil lançou a campanha “Vidas Negras” com o tema: “Povos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento” para reafirmar o compromisso da organização internacional com a implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)⁵.

A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB simboliza assim uma conquista histórica para o povo desse território de identidade. A UFRB é uma autarquia criada por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, abrange sete centros de ensino, pesquisa e extensão, nas cidades de: Cruz das Almas (*campus sede*)⁶; Cachoeira e São Félix⁷; Amargosa⁸; Santo Antônio de Jesus⁹; Santo Amaro da Purificação¹⁰; e Feira de Santana¹¹.

Com a federalização da Escola de Agronomia¹², em 1968, a UFBA se manteve como única instituição de ensino público federal do estado no século XX (NACIF, 2018). A UFRB adotou Políticas de Ação Afirmativa (PAA) desde o primeiro concurso vestibular em 2006.

No aniversário de cinco anos da instituição, o ex-reitor Paulo G. S. Nacif (2006 – 2015) falou em Moção de Aplauso, que a implantação da UFRB é a concretização de uma reivindicação secular dos habitantes da região, constando no registro de arquivos do Senado da Câmara de Santo Amaro:

Em 14 de junho de 1822, o legislativo municipal reivindicou a criação de uma universidade no Recôncavo.

⁵ Resolução nº 68/237, de 19 de dezembro de 2013.

⁶ Com o Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC).

⁷ Com o Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL).

⁸ Com o Centro de Formação de Professores (CFP).

⁹ Com o Centro de Ciências da Saúde (CCS).

¹⁰ Com o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT).

¹¹ Com o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS).

¹² Cujas origens remontam ao Imperial Instituto Baiano de Agricultura - IIBA, criado por D. Pedro II, em 1º de novembro de 1859.

cavo da Bahia. Entretanto, este sonho somente foi concretizado em 29 de julho de 2005; 184º ano da Independência e 117º da República, com a assinatura pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da Lei n.º 11.151 de 2005, que criou a UFRB (NACIF, 2018, online).

Dessa maneira, os princípios da UFRB estão orientados para os desafios presentes no século XXI.

Nos próximos capítulos estão reunidos depoimentos sobre aspectos da infância, juventude e a vida adulta bem como alguns desafios para a permanência dessas(es) estudantes negras(os) na universidade pública. As entrevistas possibilitaram conhecer alguns aspectos e impressões das(os) entrevistados a respeito dos municípios de Cachoeira-BA e São Félix-BA, que abrigam o CAHL/UFRB, desde 2009.

Relatos que são também um resgate à memória, pois o município de São Félix-BA abriga duas residências universitárias e bem como o ateliê do curso de Artes Visuais. E Cachoeira-BA, por sua vez, abriga as instalações administrativas do CAHL/UFRB e o prédio de salas de aula, atividades de pesquisa e extensão.

Desigualdades e desenvolvimento: Recôncavo da Bahia

O Recôncavo da Bahia possui 19 municípios e representa um dos vinte e sete Territórios de Identidade¹³. Está situado na costa do Brasil, região de clima tropical no Nordeste brasileiro com uma relação físico-cultural bastante diversificada. Em torno da Baía de Todos-os-Santos, esse é um território fortemente marcado por histórias de luta e resistência de indígenas e quilombolas, após o século XVI.

A primeira referência conceitual de Recôncavo Bahia se apoia em trabalhos do IBGE de meados do século XX, baseados em características geomorfológicas e geológicas. Com uma paisagem composta de brisas e ventos oceânicos, rodeada por dunas e restingas que são significativas para a formação da diversidade natural e cultural nesse território de identidade (SANTOS; SANTOS, 2013), Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe desenvolveram atividades relacionadas à agroindústria graças à proximidade com o Porto de São Roque do Paraguaçu. A urbanização em áreas de manguezal e modernização tecnológica na segunda metade do século XX, com advento da Petrobrás, produziu novos estilos de vida. Mesmo assim permaneceram os saberes das populações que resistem às transformações (SANTOS; SANTOS, 2013).

Cachoeira – Bahia

A população de Cachoeira – BA no último censo representa 32.026 pessoas (BRASIL, 2010). Praticamente metade da população cachoeirana vivia com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo

¹³ De acordo com a Lei Estadual N° 13.468, de 29 de dezembro de 2015, do Plano Plurianual Participativo (2016 – 2019).

(BRASIL, 2010). Conhecida como “Cachoeira, a Heroica” em razão de seus feitos, a cidade foi elevada à categoria de cidade em 1837.

Na manhã de 30 de junho de 2018, iniciaram as celebrações pelos 195 anos da Independência da Bahia com a saída do fogo simbólico, tendo como ponto alto das comemorações o dia de seu aniversário em 02 de Julho (DA REDAÇÃO, 2018).

Com relação a educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, em 2017, Cachoeira ficou com 3,8, abaixo meta projetada (4,3). Se comparado com o biênio anterior (2015), o valor observado foi de 3,9 (BRASIL, 2018). A cidade recebe eventos culturais importantes tais como a primeira edição do Festival de Reggae, realizado entre os dias 14 a 16 de dezembro de 2017, com mais de 15 atrações musicais (BN CULTURA, 2017).

E a Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica), uma apresentação anual do Governo do Estado da Bahia, realização da Fundação Hansen¹⁴. Devido à pandemia, a Flica esteve suspensa desde 2020, retornando em 2022, com o tema: “Liberdade, Literatura e Brasis”¹⁵.

Dona Dalva, 95, uma ilustre personagem que foi agraciada com a exposição da Equipe da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé¹⁶, “Dona Dalva Damiana: De charuteira a Sambarista”, chegou a trabalhar nas fábricas de charutos artesanais em Cachoeira – BA e São Félix – BA, em sua adolescência, sendo que sua arte - o samba de roda - teve início na fábrica de Suerdieck.

O desenvolvimento industrial no território de identidade do Recôncavo da Bahia teve início, em fins do século XIX e início do século XX. No processo de confecção de charutos, cabia às mulheres e crianças a feitura

¹⁴ A partir das empresas de evento Icontent e Cali, com patrocínio da Coelba via Fazcultura e Governo do Estado, apoio institucional da Rede Bahia e da Prefeitura Municipal de Cachoeira.

¹⁵ Realização entre os dias 03 a 06 de novembro de 2022.

¹⁶ Exposição por Biblioteca virtual Consuelo Pondé, sem data. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=227>. Acesso em: 30 Set. 2022.

do charuto em si. Atualmente, a cidade conta com imóveis tombados desde a década de 1940.

O tombamento de seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico ocorreu em 1971 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (BRASIL, 2011). Entre as construções erguidas no final do século XVI e no século XVII, se encontram: a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, que foi custeada pela população local com auxílio da coroa real; e o Convento de São Francisco do Paraguaçu, datado de 1686 e se encontra hoje em ruínas.

São Félix – Bahia

O município de São Félix – BA foi fundado em 25 de outubro de 1890 e possui uma população de 14.098 habitantes (BRASIL, 2010). Conta com a inauguração da antiga estrada de ferro Central da Bahia (1881) e o tombamento arquitetônico de seu conjunto urbanístico e paisagístico aconteceu em 2010. Cerca de 63% da população são felista vivem com rendimento mensal domiciliar *per capita* de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Os dados sobre o município registrados pelo IDEB mostram uma qualidade da educação básica também abaixo das metas projetadas, com nota 4,0 tanto em 2015 quanto em 2017¹⁷.

¹⁷ O IDEB foi criado em 2007 pelo Governo Federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas e funciona como indicador nacional.

Cotas raciais no ensino superior público

Para Vargas (2016) a presença negra está assinalada por uma não-presença de maneira que, a experiência da violência em corpos negros, não produz escândalo:

Pessoas negras vivenciam a violência do estado como terror sempre presente, como um fato da vida; a violência é um dado ontológico, e evidencia uma posicionalidade antagônica (VARGAS, 2016, p. 21).

Como exemplo, temos o atentado que resultou nos assassinatos de Marielle Franco, 39, vereadora, socióloga, mulher negra, mãe e “cria da Maré” e o motorista Anderson Gomes, 39, no Centro da cidade do Rio de Janeiro na noite de 14 de março de 2018. Após quatro anos ou mais de 1.660 dias desde o início das investigações, a pergunta que persiste é: Quem mandou matar Marielle e Anderson?

Na ocasião, Marielle Franco integrava o grupo de relatores de uma comissão criada, em fevereiro de 2018. O objetivo dessa comissão estava em monitorar os trabalhos da intervenção federal, iniciada com o Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. A imprensa internacional repercutiu a comoção que tomou o país em manifestações a favor da democracia. Em fevereiro de 2019, a Anistia Internacional divulgou um relatório sobre a investigação do caso Marielle, apontando questões graves que ainda não haviam sido respondidas tais como possíveis incoerências e contradições no decorrer da investigação (JANSEN, 2019).

No contexto do Movimento Negro brasileiro, as mulheres negras tem se posicionado historicamente como sujeito coletivo na luta contra a discriminação a partir da interseccionalidade de gênero, raça e sexualidade. O Conselho Nacional da Mulher Negra completou setenta e dois anos e é considerado um marco no feminismo negro.

Foi fundado em 18 de maio de 1950, na cidade do Rio de Janeiro, resultado do desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro – TEN, que atuou entre 1944 a 1961 como espaço de valorização da cultura negra e reivindicação da condição de sujeitos de direito, confronto à invisibilidade e falta de representatividade de afro-descendentes nos espaços públicos.

Na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, do IV Encontro Anual da Anpocs¹⁸, Lélia Gonzalez (1984) apresentou o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, trazendo considerações sobre o racismo a partir de textos de Frantz Fanon (1925 - 1961). Ela discutiu sobre o caso brasileiro e afirmou que o racismo na sociedade, “se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Para Fanon (2011), a definição de racismo é resultado da “explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, da inferiorização de um grupo sobre o outro” (FANON, 2011, p. 281).

Com isso, Gonzalez (1984) lançou essa provocação para o debate:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Há 38 anos atrás essa importante intelectual negra brasileira chamou a atenção para as contradições da sociedade brasileira, a respeito da questão racial:

¹⁸ Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais - Anpocs, realizada no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1980.

Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo pra gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse? (GONZALEZ, 1984, p. 238).

Defendeu como imprescindível o trabalho com noções de consciência e memória a fim de retratar a quantidade de atitudes racistas naturalizadas na sociedade e que atingem até hoje, principalmente, as mulheres negras.

Nesse sentido, uma educação antirracista precisa considerar o resgate da memória acerca da constitucionalidade das PAA no Brasil, tendo em vista que são medidas estratégicas e imprescindíveis no combate às desigualdades, que se arrasta por séculos no país.

O ensino superior encarado como alto escalão do subsistema escolar, tem como objetivo promover o ensino, a pesquisa e extensão de qualidade. As análises sobre o impacto das políticas de acesso e permanência para estudantes beneficiários da Lei de Cotas contribuem, com isso, para avaliações sobre a efetividade dessa PAA.

O objetivo da Lei Nº 12.711/2012 ou Lei de Cotas é corrigir as desigualdades no acesso ao ensino superior público. São quatro segmentos de acesso para egressos do ensino médio público: pretas(os) e pardos (negros) e indígenas de baixa renda; candidatas(os) de outra cor ou raça/etnia de baixa renda; negros e indígenas, com renda *per capita* superior a 1,5 salário mínimo; candidatas(os) de outra cor ou raça/etnia, com renda *per capita* superior a 1,5 salário mínimo.

A concorrência que representa os outros 50% da oferta de vagas atende aos oriundos, total ou parcialmente, do ensino médio privado (KARRUZ, 2016). O debate público em torno das cotas raciais nas primeiras décadas do século XXI promoveu a Igualdade como valorização da dignidade humana.

Diversos modelos foram experimentados de maneira descentralizada em instituições como Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Universidade de Brasília – UnB. Em 2018, os ministros do Supremo Tribunal Federal – STF, julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 186, ajuizada pelo partido Democratas.

A Suprema Corte do STF decidiu por unanimidade em favor da constitucionalidade das cotas raciais (NOTÍCIAS STF, 2012). Em junho de 2017 declararam, por unanimidade, a constitucionalidade da Lei de cotas para negros em concursos no serviço público federal (NOTÍCIAS STF, 2017).

Política de Permanência Qualificada

Para Dyane B. Reis (2009) doutora em educação pela UFBA e professora da UFRB, a universidade pode representar apenas mais uma etapa da vida escolar para as famílias mais abastadas ou familiarizadas com o meio acadêmico. Entretanto, representa um grande acontecimento para famílias negras onde a(o) universitária(o) é o primeiro a ingressar no ensino superior, “já que no seu imaginário ela estava ausente, distante, pouco provável” (REIS, 2009, p. 69).

Nesse sentido:

De um modo geral, pode-se dizer que a permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um (REIS, 2009, p. 68).

Trata-se da permanência material e requer condições objetivas tais como dinheiro para alimentação, moradia, transporte, compra de equipamentos e aquisição de material bibliográfico etc. para que as(os) estudantes cotistas consigam vivenciar a universidade de forma qualificada.

Rosana Heringer (2012) interessada em compreender como estudantes do ensino médio acessam informações sobre as PAA e, se tal informação possibilita considerar o ensino superior em seu horizonte de possibilidades, observou indicadores econômicos do bairro popularmente conhecido como Cidade de Deus - CDD, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Constatou que o mesmo apresentava baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e baixo nível educacional da população. A partir das variáveis de classe social, desigualdade e pobreza, sua análise contou com aplicação de grupos focais junto aos estudantes de 3º Ano do Ensino Médio.

Heringer (2012) destacou as percepções dessas(es) estudantes secundaristas acerca do lugar da educação de qualidade: em geral, nos colégios privados que, em sua maioria contam com vagas ocupadas por pessoas brancas. As (os) estudantes que participaram da pesquisa questionaram qual seria então a “mágica” necessária para ingressarem no “mundo” das universidades públicas.

Essas sociólogas da educação alertam em suas pesquisas para a existência de inúmeras restrições da elite brasileira para que um número cada vez mais crescente de jovens de origem popular acesse a universidade: desinformação sobre as possibilidades de acesso e reserva de vagas; e bolsas como mecanismo de apoio estudantil para uma permanência qualificada.

Heringer e Honorato (2014) reforçam que as práticas e estratégias de afiliação e/ou integração empreendidas tanto pelas instituições de ensino superior quanto pelos estudantes podem ser inúmeras, o que exigem estudos de casos particulares. Barros (2013) enfatizou que a universidade é um *locus* privilegiado para constituição de redes de relações:

Que geram mecanismos subjetivos para a ocupação de postos estratégicos no mundo do trabalho, na ge-

ração de novos empreendimentos e na gestão de negócios (BARROS, 2013, p. 37).

Baseando-se nos dados da pesquisa “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras”¹⁹, verificou que a UFRB possuía “38,02% de pretos (contra 8,72% da média nacional) e 46,28% de pardos (contra 32,08% da média nacional)” (BARROS, 2013, p. 27-28).

Em 2010, o número de mulheres cotistas representava (54,6%). No total, 73,5% dos universitários tinham entre 16 e 25 anos e; 23,9% estavam na faixa entre 26 e 45 anos. Cerca de 94% se autodeclarou negro, sendo: pardo 48,5% e; preto 45,5%. Desse total, 53,4% de pardos ingressaram fora do sistema de cotas e 66,8% de pretos pelo sistema de cotas. Pode-se perceber que o sistema de políticas afirmativas contribuiu para a entrada de estudantes autodeclarados pretos/as (BARROS, 2013).

Para Paula (2013), a entrada de jovens negros e indígenas na universidade contribui para superação do racismo, pois representa uma oportunidade de mobilidade social mediante carreiras profissionais mais promissoras, retornos salariais, direitos sociais, posição social e a realização pessoal de mobilidade social.

A psicóloga defende a necessidade de compreensão dos motivos que limitam as populações negras e pobres ao acesso de bens e consumos:

As repercussões psicossociais da exclusão dos afro-brasileiros na educação podem contribuir para o atual e conflituoso debate que se realiza entre as diferentes forças sociais sobre as políticas de ações afirmativas (PAULA, 2013, p. 13).

São desfechos que nascem de questões socialmente problematizadas como o racismo.

¹⁹ Coletados entre 2009 e 2010, publicado em 2011 pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

Após dezoito anos desde a instituição das cotas raciais em Universidades e Institutos Federais, o debate sobre a efetividade e aperfeiçoamento dos dispositivos para execução da Lei de Cotas entraram na pauta de discussão do Congresso Nacional, em agosto de 2022.

Reis (2020) em “Trajetórias Negras Importam: Histórias de Nordestinas(os) Egressas de Políticas de Cotas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro (2003- 2018)”, discute sobre a questão das PAA no contexto da pandemia de COVID-19. A autora compartilha dados de duas pesquisas que se complementam: o pós-doutorado realizado na Universidade de São Paulo - USP (2017 - 2019) “As políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior: continuidade acadêmica e mundo do trabalho”.

E “Pais analfabetos, filho (a) doutor (a): histórias e trajetórias de nordestinos egressos de políticas de cotas no ensino superior público (2003 - 2018)”. Reis (2020) destaca que o ano de 2020 impactou, principalmente, vidas de estudantes quilombolas, indígenas, pobres e moradores de comunidades rurais e periferias em sua maioria negros e negras, devido a pandemia de COVID-19. Por isso:

Qualquer política pública, qualquer trabalho acadêmico sobre equidade, daqui para frente, deverá pontuar os desafios impostos e as consequências que a pandemia trouxe à educação brasileira (REIS, 2020, p. 30).

Menciona sobre uma lógica perversa do capitalismo e o racismo, que existem e reforçam a discriminação racial.

A UFRB é estratégica e essencial para o povo do Recôncavo que luta e resiste para promover o desenvolvimento regional e fortalecimento das políticas públicas, isso exige novos investimentos que assegurem aos estudantes a permanência qualificada para obtenção do êxito em suas trajetórias acadêmicas.

Estudantes negras(os): PROPAAE/UFRB e o PPQ

A correção de desigualdades no âmbito da educação na sociedade brasileira não acontecerá sem um investimento maciço de recursos por parte do Estado em todos os níveis de ensino. A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE/UFRB é uma iniciativa pioneira no âmbito das universidades federais, criada com o compromisso de trazer para o centro das decisões administrativas, questões relativas aos assuntos estudantis e implementação de ações afirmativas. O Programa de Permanência Qualificada – PPQ, faz parte dessa Pró-Reitoria e está associado à formação acadêmica de excelência.

Põe em prática uma ação de corresponsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica. Entre os objetivos do PPQ, estão: garantir a permanência de estudantes dos cursos de graduação, assegurando a formação acadêmica por meio do aprofundamento teórico via participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica e de ensino ligadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional; Implementar uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica e; qualificar a permanência dos alunos beneficiários das PAA da UFRB.

Por isso, foram consideradas nesse tópico questões sobre a PROPAAE/UFRB, com foco na concessão de bolsas e auxílios do PPQ: o que você acha do PPQ? A comunicação da gestão da PROPAAE com os estudantes é direta? Você teria alguma crítica a fazer sobre algum auxílio oferecido hoje pela PROPAAE? Acrescentaria algum? Qual? Sobre o auxílio-creche: conhece alguém que fez uso dele? Você considera esse auxílio efetivo? E também questões sobre às cotas: Gostaria que comentasse sobre as cotas étnico/raciais. O que você acha das cotas nas universidades?

Kashka, 23, estudante cotista e bolsista do PPQ na modalidade “Pecuniário à projeto institucional”, comentou:

Recebo R\$ 400,00 da PROPAAE, esse dinheiro é a única renda que tenho para me manter na universidade. Fora alguma ajuda que recebo eventualmente da minha família, que já é de grande valia também porque eles não podem me ajudar e entendo isso (Kashka – Licenciatura em História).

Uma estratégia de permanência qualificada diz respeito à criação de redes de apoio, solidariedade e afeto através dos vínculos de amizade entre estudantes, que são também membros da comunidade local no período realização da graduação. Acerca das cotas raciais considerou:

Necessárias ainda por um bom tempo, pois estamos vendo esses atores que estão entrando na universidade - negros, indígenas e pobres - estão mudando a realidade dela. Discussões que antes eram somente acadêmicas estão tomando pauta nacional seja pela internet ou outros meios de comunicação, por causa da popularização da universidade (Kashka – Licenciatura em História).

As cotas raciais e sociais representam uma revolução no Brasil e as universidades públicas saíram na frente na formulação e implantação, numa demonstração do papel transformador que as instituições de ensino superior representam para a sociedade. Nesse espaço historicamente embranquecido, denúncias sobre casos de fraude no sistema de cotas tornam-se contribuições necessárias para ajustes dessa PAA. Para esse estudante, o PPQ é fundamental aos propósitos da universidade inclusiva e com diversidade cultural.

Não obstante, destacou uma crítica à universidade:

A UFRB se vangloria muito com o PPQ sem se preocupar em ampliá-lo, em mantê-lo. A bolsa projetos institucionais, por exemplo, já não existe mais. Ago-

ra, eles [administração] se apoiam num discurso de golpe, de que a universidade não está mais recebendo a mesma atenção que recebia nos governos Dilma e Lula (Kashka – Licenciatura em História).

Desde 2015, os recursos para educação superior reduziram continuamente (MUGNATTO, 2021).

Kashka, 23, também salientou o quão importante é que as universidades cresçam sem deixarem de se preocupar com os atores que mais precisam de assistência estudantil:

Percebo que o PPQ é falho. Ele é necessário na UFRB, mas ainda não está nos moldes do que a universidade merece e a comunidade que o acessa necessita. Falta muito para que o PPQ seja um projeto modelo (Kashka - História).

Existe a necessidade de recuperar o quantitativo de auxílios estudantis que foram cortados e se intensificou a partir de 2017 em razão dos cortes no investimento para educação pública em todo país, particularmente, nas universidades federais.

Kashka, 23, chamou a atenção para necessidade de fortalecimento de uma política de saúde mental com atenção ao acompanhamento psicológico discente:

A UFRB precisa compreender quem são os atores que tem dentro dela, o CAHL, principalmente. Estamos em uma comunidade que está acessando a universidade aos poucos e possui necessidades que não estão sendo acompanhadas no PPQ. Acho que deveria ser ampliado [recursos] e não cortado quando se tem um golpe, uma crise (...). Isso não tem lógica, aliás, é uma lógica racista (Kashka - História).

Disse que sua irmã pleiteou o auxílio-creche assim que ingressou na UFRB, no 1º semestre. No entanto, precisou esperar aproximadamente três meses até começar a receber:

Fizemos uma série de movimentações, reuniões. Também é preciso dizer que uma creche não é R\$ 150,00. Este é um valor baixo para qualquer escola hoje que pega crianças no maternal [...]. Enfim, acho que merecia uma atenção maior o auxílio (Kashka - História).

Ashanti, 24 anos, cotista e bolsista no PPQ, é a segunda entrevistada a ser apresentada. Também considerou importante a política de reserva de vagas na universidade, encarando-a como compromisso institucional das IFES:

Principalmente nos cursos lidos como “de brancos”. Medicina, por exemplo, que já pensei em fazer - cheguei a prestar o vestibular da UFBA -, mas estava desmotivada [...] então desisti. No dia da prova haviam muitos negros e, na época, a UFBA não estava aceitando ainda a nota do ENEM (Ashanti - Ciências Sociais).

Sua primeira aprovação no curso de ciências sociais foi em 2013, mas precisou adiar os estudos para se dedicar à maternidade.

Sua filha havia acabado de nascer e as tentativas de recurso junto à UFRB para realizar as atividades acadêmicas em domicílio não foram bem-sucedidas. Com isso, reingressou em 2015 e, logo buscou pleitear o auxílio transporte. Mas, só veio a conquistá-lo em 2017, comenta:

Recentemente passei a viajar [de Cruz das Almas - BA] para tomar um ônibus em Mangabeira - BA, assim, venho com ele [até Cachoeira]. As vezes volto outras não, mas já ajuda no custo porque reduz muito (Ashanti - Ciências Sociais).

Disse que se inscreveu para o auxílio transporte três vezes, sem sucesso: 2015.1, 2016.1 e 2017.1.

Acerca do auxílio-creche, ponderou:

Vi no primeiro formulário da PROPAAE, que recebi no dia da inscrição em Cruz das Almas, em 2013. Lem-

bro até que o papel era de material reciclável (Ashanti - Ciências Sociais).

Comentou que no formulário constava que o auxílio-creche adequava-se para crianças com até três anos de idade. Jahari, por sua vez, é o terceiro estudante a ser apresentado e ingressou por cotas raciais. Atuava como bolsista em um projeto institucional da universidade pelo PPQ.

Encarou as cotas como positivas e necessárias, ao dizer:

Por exemplo, ingressei por cotas e não sei o que poderia ter acontecido se não fossem elas para ingressar na universidade. Dizer que são esmolas, que deveríamos entrar pelo escopo da meritocracia é não entender nossa realidade (Jahari - Serviço Social).

Teceu elogios ao PPQ e disse que, caso não existisse, provavelmente não estaria cursando uma universidade. Mencionou também críticas com relação à burocracia na concessão de auxílios.

Ponderou que gostaria de poder acumular porque:

Você só pode ter uma bolsa, não pode ter duas [...]. Não posso nem conseguir um trabalho com carteira assinada ou teria que cancelar a bolsa [...]. Também vejo que existe um contraste enorme entre as bolsas em relação ao valor e tempo de duração. Quando fico pensando sobre essa dinâmica das bolsas, compreendo que não corresponde a nossa realidade (Jahari - Serviço Social).

Sobre a questão acima referente ao acúmulo de bolsas e auxílios, questionei a Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB Maria G. da Fonseca (Gestão 2015 - 2019), que respondeu:

A decisão dessa universidade até o momento foi: vamos incluir mais. Isso porque um aluno que tem a possibilidade de pleitear uma bolsa PIBIC, por exemplo, pode ajudá-lo a se manter. É meritória? Sim, é. Não se trata de auxílio social, logo, ele ou ela deveria ter direito às duas. Entretanto, se tiver direito às duas,

alguém que precisa de uma não conseguirá se manter na universidade (Pró-Reitora - PROPAAE/UFRB).

O Recôncavo da Bahia é uma das regiões mais densamente povoadas do Brasil, superior a 50 habitantes por km².

Iruwa, 54, quarta entrevistada, cotista, foi bolsista pelo PPQ - auxílio transporte, até pleitear uma bolsa no Programa de Educação Tutorial - PET/MEC/SESu²⁰ via PROGRAD, optando por ela. Considerou-se defensora das PAA porque:

Sou mulher, negra e de periferia. Faço parte do CadÚnico, tenho Número de Identificação social - NIS, e sempre estudei em escola pública, sou toda cotas (Iruwa - museologia).

Defendeu que as cotas precisarão existir ainda por um bom tempo.

A implementação das cotas no ensino superior proporcionou uma mudança visual no perfil racial e social das universidades:

Historicamente, o povo preto e indígena não tiveram direito ao conhecimento proporcionado pela universidade [...]. Meus avós, bisavós, mãe, pai, todos eles não tiveram o direito de ir para a universidade. Eu mesma estive 25 anos sem estudar. Então como as cotas não me ajudaram? (Iruwa - museologia).

Um dos pontos altos dessa entrevista foi quando disse sobre o retorno aos estudos após vinte e cinco anos longe do ambiente escolar, e a gratidão em poder vivenciar a universidade mediante as PAA.

Uma demonstração do resultado positivo que as cotas sociorraciais produziram ao longo de duas décadas desde o início de sua implementação:

Quando trabalhava no município [de Cruz das Almas] fui em uma conferência onde estava uma integrante do PET contando a história de como havia chegado ali. Ao ouvir, disse: é onde quero estar! Me

²⁰ O "PET Conexões de Saberes: acesso, permanência e pós-permanência na UFRB", contempla estudantes nos diferentes Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade através de editais.

inscrevi para o auxílio transporte e, em seguida, para o PET (Iruwa - museologia).

Essa discente mora em Cruz das Almas-BA desde a infância e acompanha a UFRB desde a inauguração.

Quando precisou de um computador e foi até a PROPAAE/UFRB, sentiu-se incomodada pois soube que somente residentes das casas estudantis tinham acesso ao empréstimo. Trata-se de um relato que aponta para a necessidade da gestão universitária em avaliar a efetividade da política a fim de melhorar sua instrumentalidade.

Adofo, 29, também é cotista e bolsista do PPQ na modalidade de auxílio transporte. Logo no início o estudante fez uma alusão à música de rap, "A Vida É Um Desafio", do grupo Racionais Mc's para defender as cotas raciais e sociais. Retratando o descaso do Estado brasileiro para com a população negra e pobre, expressou que:

As cotas são uma forma de justiça social que devia ter acontecido há muito tempo. Por tudo que já aconteceu com o pobre, preto, que não estudou, todas as gerações que foram tiradas da escola para irem trabalhar (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

No primeiro semestre do curso não dispunha de condições financeiras para transporte e alimentação:

Temos que procurar sobreviver para estudar e, acima de tudo, ficar de pé, não desmaiar de fome em sala de aula. É complicado porque além de não ter o transporte para chegar, já me vi na situação de ter R\$ 13,00 para utilizar durante todo o dia. (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Já pensou diversas vezes: me alimento ou pago o transporte para a universidade?

O estudante relatou os constrangimentos que a situação impõe aos estudantes cotistas que, na maioria das vezes, se converte em desânimo

ao ponto de desacreditarem até o ponto de abandonar a universidade, largar mão, evadir. Desde 2011, a estruturação da proposta de Transporte Intercampi forma parte do debate pela comunidade acadêmica tendo sido, inclusive, implementado por um curto período, em caráter de experimentação, logo após o movimento de ocupação estudantil ao prédio da reitoria da UFRB, em 2017.

O Intercampi circulava três dias por semana, em dois roteiros, com percursos de ida e volta, nos períodos matutino e vespertino. O roteiro 01 disponibilizava 05 (cinco) vagas para o trajeto: CETENS → CECULT → CAHL → CRUZ DAS ALMAS, sendo: 02 para servidores (docentes e funcionários Técnico-Administrativos); e 03 para estudantes. Já, o roteiro 02 disponibilizava 07 (sete) vagas para o trajeto: CFP → CCS → CRUZ DAS ALMAS, sendo 02 para servidores (docentes e funcionários Técnico-Administrativos); e 05 para estudantes. É possível dizer que a quantidade de vagas disponibilizadas foi o principal fator desestimulante que resultou na baixa adesão pela comunidade acadêmica.

Nijala, 53, é a sexta entrevistada a ser apresentada, ingressou pela ampla-concorrência e não solicitou auxílios à PROPAAE/UFRB, por possuir emprego formal e casa própria:

Se for colocar aí, estou ótima: tenho universidade em minha cidade natal, emprego e casa própria. Não desmerecendo as pessoas que vem de fora [...] porque sei que é duro vir de fora, morar na cidade dos outros, pagar aluguel. Acho que o valor que dão aí... tudo bem que é uma ajuda, mas, ainda acho pouco (Nijala - Museologia).

Afirmou que não se sentia à vontade em apoiar as cotas raciais e sociais por considerá-las como sobra.

Cabe salientar que o princípio constitucional da igualdade na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, diz respeito à igualdade formal de to-

das (os) perante a lei, mas a igualdade de fato persiste como alvo a ser atingido. Afya, 41 anos, foi a sétima entrevistada e ingressou pela ampla-concorrência, pleiteou a bolsa do PPQ de auxílio transporte. Disse o seguinte em relação às cotas raciais:

Elas tem um propósito ainda que algumas vezes sejam desviados. Não deveríamos precisar das cotas porque, se temos direito a estudar, aprender então pra quê? Mas sabemos que nem tudo é assim. Se vieram são bem vindas, pois proporcionam oportunidades para as pessoas que queiram ingressar na universidade. No passado era muito mais difícil! Existiam cotas, mas eram para os senhores da burguesia vamos dizer assim (Afya - Museologia).

A estudante se referiu à Lei Nº 5.465, de 03 de julho de 1968, apelidada de “Lei do Boi”.

Essa Lei dispunha sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola e vigorou até 1985, no contexto da redemocratização no país, tendo em vista não atender quaisquer princípios da justiça de reparação instituídos com a Constituição Federal da República. Afya considerou o apoio de sua família para se manter na universidade, permanecer nela, fundamental. E também:

Aqui no CAHL tenho minhas colegas que me ajudam muito, estou numa turma maravilhosa, onde a gente se ajuda (Afya - Museologia).

Comentou que os auxílios oferecidos pelo PPQ para estudantes de outras cidades fora do Recôncavo da Bahia ou de outros estados são insuficientes:

Não dá, vivem de maneira miserável. Não quero menosprezar, mas é muito pouco para esse povo vir e sobreviver aqui (Afya - Museologia).

Relatou que apesar das conquistas obtidas com a ampliação do acesso às IES, a interiorização não trouxe consigo mais investimentos

resultando em aumento das dificuldades para atender as demandas do novo perfil estudantil.

Há uma década não era comum que estudantes de baixa renda ingressassem no ensino superior até sua conclusão e inserissem no mercado de trabalho, tendo em vista a realidade do racismo e o mito da democracia racial. O corte de bolsas permanência pelo MEC, em 2016, revelou o descomprometimento do Governo de Michel Temer - agosto de 2016 a dezembro de 2018 - com o fortalecimento das políticas afirmativas, logo após o Impeachment da Ex-Presidenta Dilma Rousseff (2011 - 2016).

Visando registrar o movimento de queda no investimento para educação, realizei uma contagem do número de beneficiários do PPQ a partir da lista geral mensal dos auxílios pagos pela PROPAAE/UFRB, entre 2016 e 2017, obtidas através do site da UFRB, na aba “Transparência PROPAAE”. É importante considerar que a ocupação estudantil no prédio da reitoria pelo movimento “Ocupa UFRB”, por mais de setenta dias, repercutiu na alocação dos auxílios do PPQ.

Compartilho algumas informações em destaque, a seguir:

No quadro geral de auxílios pago pelo PPQ via PROPAAE/UFRB, entre 2016 e 2017, verificou-se que o quantitativo de benefícios sofreu redução aproximada de 5%. Todavia, é importante considerar que os valores de cada subsídio variam sendo que o pecuniário à projeto institucional, que pode ser considerado o destaque do PPQ, representou queda de 28%, aproximadamente (CARVALHO, 2018, p. 125).

Em janeiro de 2016 eram 790 auxílios à Projeto Institucional e, em outubro de 2017, caiu para 567. No CAHL/UFRB, esse número caiu de 110 em janeiro de 2016 para 65, em outubro de 2017, uma queda de aproximadamente 41%.

Estudantes negras(os): origem social e juventude

Kashka, 23, nasceu em Feira de Santana – BA, estudou em escola pública desde a 5ª série do Ensino Fundamental - EF ao 3º ano do Ensino Médio - EM. O ensino primário foi em escola particular. Criado pelo pai, manteve uma relação mais próxima da família paterna. Comentou que na infância sua relação com o corpo se deu de forma agitada:

Como a maioria dos jovens negros, a construção de minha identidade enquanto uma criança preta se deu de forma conturbada, complicada (Kashka - Estudante de história - CAHL/UFRB).

Não gostava do nariz, boca e o cabelo, que sempre estava curto.

Aos poucos foi percebendo uma desconstrução dentro de si, que é anterior ao ingresso na universidade:

Antes de entrar na universidade comecei a deixar o meu cabelo crescer, essa foi uma parte importante: deixar o cabelo crescer partiu de mim, fui construindo e consegui. Em 2012 comecei a deixar o meu cabelo crescer (Kashka - História).

A transição capilar foi importante, pois favoreceu o seu reconhecimento quanto à negritude, fazendo com que percebesse a si mesmo como belo e bonito. Mesmo evitando opiniões a respeito de como estava ficando o cabelo enquanto deixava-o crescer, algumas pessoas diziam:

Corta esse cabelo, tá horrível, ridículo. Aí, depois de um período, vim para cachoeira e já haviam pessoas com *black power* dentro da universidade, que haviam assumido essa identidade. Foi mais fácil aqui (Kashka - Estudante de história - CAHL/UFRB).

Ter encontrado acolhimento na universidade fez com que se fortalecesse na luta por uma educação antirracista. A autoestima aumentou

após sua decisão em deixar o cabelo crescer. É uma experiência identitária afirmativa ligada ao corpo, a estética.

Ashanti, 24, sobre o seu processo identitário mencionou que, entre os dez e onze anos:

Teve uma época que todo mundo tinha cabelo liso, então, a primeira coisa que fiz ao completar 11 anos foi pedir minha mãe para relaxar meu cabelo. Ela permitiu, assim, no meu aniversário acabei adotando alguma medida nele (Ashanti - ciências sociais).

Porém, não se adaptou em ficar toda semana sentada, por horas, fazendo escova no cabelo. Passou a colocar amônia²¹ até que começou a quebrar, vindo a interromper imediatamente sua aplicação. A partir desse momento, sua mãe conheceu o Instituto Beleza Natural, maior rede brasileira especializada em cabelos crespos e ondulados, desde 1980.

Jahari, 22, também cursou o EF e EM, em escola pública, com exceção da pré-escola ou Educação Infantil (0 a 6 anos). Sobre sua relação familiar, considerou que:

Para conversar sobre assuntos mais particulares, falar sobre assuntos pessoais, não tenho essa relação tão aberta com meus pais. Porém, mantenho aquele convívio do dia-a-dia, rola aquelas briguinhas, mas logo tudo se resolve (Jahari - Serviço Social).

Sobre sua relação com o corpo na infância, destacou:

Penso que acaba acontecendo com todas as crianças negras, de se imaginarem da outra cor, como sendo branca (Jahari - Serviço Social).

Disse que já teve a sensação de ter remetido a tais possibilidades.

É possível compreender que o “caldo” de cultura ou transmissão geracional que parte de quem embala a criança. “É uma incorporação que

²¹ A amônia (NH₃) é um produto básico na indústria química, com aplicações domésticas e industriais.

não é de ordem física e exclusiva da mãe, mas de todo o entorno sociocultural no qual a criança é inaugurada” (OLIVEIRA, 2016, p. 33).

Logo, amor e respeito são preceitos fundamentais, tendo em vista que desde a tenra infância o psiquismo humano é formado a partir de experiências emocionais e afetivas (OLIVEIRA, 2016).

Iruwa, 54, também relatou sobre o desconforto que era cuidar do cabelo na infância, por ser crespo e grande:

Minhas irmãs tinham que arrumá-lo, penteá-lo. Eu ficava o tempo todo dizendo: fulana - no caso minha irmã -, pentea o meu cabelo. Todos os dias para ir à escola tinha essa dificuldade de ter que arrumá-lo (Iruwa - museologia).

Com cerca de 10 anos, foi até a casa de uma vizinha que alisava o cabelo com ferro quente, motivada em alisá-lo sem a autorização da mãe. Retornou para casa balançando o cabelo alisado e se sentindo bela. Daí em diante não sentiu mais dificuldades para arrumá-lo, pois “alisado à ferro quente não tinha essa preocupação” (Iruwa - museologia).

Disse que sua mãe teve 10 filhos, então diante das dificuldades que enfrentou para mantê-los:

Quando fui ficando adulta pude perceber. Às vezes, reclamava por ter menos amor, coisas que acontecem entre filhos, mas depois fui tomando consciência e entendi que ela não podia dar aquilo que não havia recebido (Iruwa - estudante de museologia).

Na infância, Adofo, 29, estudou até a 2ª série do EF no estado de Goiás - GO; e da 3ª série do EF até a 6ª série do EF, em Cruz das Almas – BA, quando veio morar em Cruz das Almas – BA. Nascido em 1988, teve uma origem social atribulada: sua mãe é dona de casa e o pai foi analfabeto, vindo a assinar com o dedo polegar até aprender escrever o nome, foi peão de obra em construtoras.

Os anos finais do EF foram realizados no Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Com o ENEM, tanto Adofo, 29, quanto Iruwa, 54, conseguiram obter a certificação de conclusão do Ensino Médio - EM, e pleitearam uma vaga na UFRB por meio do SISU.

Nijala, 53, cachoeirana desde a infância, resgatou uma memória de quando tinha 05 anos de idade:

Tinha vontade de sair na charola (andor) de Nossa Senhora do Rosário, que é a padroeira aqui da cidade. Ao lado, no carrinho onde ia o andor, iam várias meninas vestidas de anjo, só que eram todas brancas. Pedia para minha mãe, dizia que queria ser anjinho, sair de anjinho. Ela respondia: depois, depois (Nijala - museologia).

Já maiorzinha, entre 08 e 09 anos, sua mãe de criação lhe disse: “minha filha, você não vai sair de anjinho porque não tem anjinho preto” (Nijala - museologia). Quando sua mãe biológica faleceu ela tinha 04 anos, com isso, suas irmãs foram separadas cada uma para determinada região do país:

Uma foi pra Belo Horizonte, outra pra Salvador e a outra foi para o Rio de Janeiro. Eu fiquei em Cachoeira, com a minha madrinha, que foi quem me criou e deu tudo de bom (Nijala - estudante de museologia).

Não obstante, estão sempre em contato e se reúnem, preferencialmente, em Cachoeira para festividades e comemorações. Comentou sobre o quanto é significativo o fato de Cachoeira – BA manter viva a festa da Irmandade da Boa Morte, confraria religiosa afro-católica brasileira.

Historicamente, as irmandades religiosas compostas por negros além de assumir assistência médica e jurídica, socorro em momentos de crise financeira, funerais de membros das associações ou familiares, se responsabilizavam também pela compra de alforrias de outros escravos (LUCIANE REIS, 2011). Afya, 41, por fim, relatou que morava em Muritiba - BA, cidade vizinha à São Félix – BA, destacou ainda sobre o fato de ter estudado tanto o ensino primário quanto o secundário em escola pública.

CAHL/UFRB: ingresso ao ensino superior público

Coulon (2008) ao retratar a entrada no ensino superior como objeto sociológico, destaca a importância em estudá-lo com atenção por ser tratar de um momento decisivo na vida estudantil. Estão reunidos nessa subseção depoimentos sobre aspectos da infância e a vida adulta bem como alguns desafios para a permanência de estudantes negras(os) no ensino superior.

Kashka, 23, mencionou uma experiência assertiva ligada ao acesso à universidade: a Roda de Conversa organizada pelo Pet Conexões – Acesso Permanência e Pós-Permanência, de 12 e 13 de agosto, no semestre letivo 2014.1, onde conheceu dois estudantes – uma mulher negra cis heterossexual e um homem branco cis homossexual - que falavam sobre identidades:

No momento em que bati os olhos, vi aquelas pessoas, consegui me ver dentro daquele espaço. Vai construindo uma auto afirmação e uma autoestima dentro da gente. Reconhecer essas pessoas aqui [CAHL] nesse espaço que não era meu até agora e estou começando a construir para que seja, foi importante (Kashka - História).

O acesso à universidade contribuiu para uma elevação da autoestima.

Nesse sentido, Ashanti, 24, também considerou:

Você começa a ver outras pessoas parecidas. No meu caso, antes não me via... Aliás, me via entre aspas. Foi ótimo ver tantas mulheres negras de cabelos lindos, com a autoestima lá em cima, altivas (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Cabelo e cor da pele desempenham papéis importantes na construção da identidade negra. Para Gomes (2006), o cabelo é uma marca identitária do sujeito negro sendo considerado, por vezes, um signo de inferioridade, que precisa ser revalorizado através da educação antirracista.

Ashanti, 24, destacou como experiência assertiva ao acesso a universidade, a viagem organizada pelo curso de Ciências Sociais, no primeiro semestre letivo 2015.²²:

Para São Francisco do Paraguaçu e do Iguape, nas redondezas de Cachoeira, na semana do dia 20 de novembro. Foi muito legal porque foi algo fora da faculdade, onde pudemos nos reunir e nos divertir! (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Esse semestre letivo em questão iniciou em junho, mas entre julho a setembro de 2015, estive suspenso em razão da greve Docente e Técnico Administrativa.

Jahari, 22, por sua vez, expressou que o fato de ter se mudado para Cachoeira - BA trouxe a necessidade de ampliação de sua visão de mundo, pois:

Morar sozinho, cuidar das contas, criou em mim responsabilidades. Querendo ou não acabei reunindo atitudes de adulto. Vir pra cá impactou um pouco a parte emocional, sentimental, mental. É algo que ainda estou processando (Jahari - serviço social).

A mudança de cidade contribuiu para esse impacto emocional, já que a autoestima está /relacionada com situações pessoais que, muitas vezes, repercutem no cotidiano.

Iruwa, 54, quando soube da aprovação no curso de Museologia, logo compartilhou com uma amiga, que felicitou dizendo:

“__ Menina, voltar a estudar faz tão bem assim, é? Você está linda! Vou voltar a estudar também!”. Para ter uma ideia, quando voltei a estudar, estava numa

²²O calendário acadêmico retomou as atividades em 13 de outubro de 2015.

situação difícil: vendedora de acarajé - para prepará-lo é preciso fazer repetição de movimentos. Com isso, adquiri síndrome de lesão por esforço repetitivo - LER além de fibromialgia e fortes dores na coluna, lesões em várias partes do corpo, que levaram à depressão (Iruwa - Museologia).

O INSS concedeu a ela dois anos de auxílio então considerou e decidiu retornar aos estudos:

Foi em 2007, em 2008 fiz o EJA e em 2009, o ENEM. Em 2010, ingressei na universidade (Iruwa - Museologia).

Faz doze anos desde sua atitude em voltar a estudar. Na ocasião da entrevista, expressou que se sentiu maravilhada ao retomar os estudos após vinte e cinco anos.

Adofo, 29, sobre a primeira oportunidade de acesso ao CAHL/UFRB, em 2015, destacou o primeiro dia de aula no curso de Cinema e Audiovisual:

A maioria da minha sala de cinema era branca e rica, vinham do Sul, de escolas particulares, com pai e mãe que ajudavam. Eu não tenho isso. Por isso, vi que seria difícil. Até então tinha uma visão romântica da universidade. Hoje, vejo ela da forma mais realista e crua possível (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Essa realidade fez com que estudasse sobre o seu caso, que também é semelhante a outros na UFRB e milhares de estudantes negras/os e indígenas em universidades Brasil afora, que são os primeiros da família a ingressarem no ensino superior público.

Nijala, 53, também considerou o acesso ao ensino superior importante para elevação da autoestima, porque:

É um desejo que você realiza. Há alguns anos, cheguei a ter pensamentos tais como o de não conseguir

realizar a faculdade. Sempre quis fazer museologia por ter sido criada nos museus de Cachoeira-BA (Nijala - Museologia).

Nesse território de identidade historicamente marcado por lutas e resistências do povo negro, indígena e quilombola, a permanência qualificada compreende a necessidade de aumento nos investimentos com ações e programas a fim de fortalecer os propósitos de democratização e equidade, na educação.

Infraestrutura para estudo acadêmico

Nesse tópico, as(os) estudantes relatam sobre a infraestrutura do CAHL/UFRB para o estudo acadêmico, tecendo considerações sobre suas condições. Foram levados em conta recursos como biblioteca; cabines de estudos; laboratório de informática; salas de aula; e áreas de convivência e lazer. A esse respeito, Kashka, 22, destacou:

No geral, a estrutura do CAHL está bem deteriorada [...] é um centro de Artes Humanidades e Letras que, academicamente, não tem muito valor quanto os outros centros (Kaskha – História).

O sucateamento das universidades públicas parece piorar cada vez mais:

O CAHL/UFRB não tem ar-condicionado em praticamente nenhuma sala mais. Os funcionários [terceirizados] estão sendo demitidos da universidade. Parece que o plano realmente é acabar com o Centro, não consigo entender de outra forma (Kashka - História).

O laboratório de informática estava de portas fechadas havia mais de um ano.

Ashanti, 24, também ressaltou alguns déficits na infraestrutura do CAHL/UFRB:

Na época em que fiz Pesquisa Social Quantitativa, no segundo semestre, fazíamos no laboratório de Ciências Sociais, uma negação. Lá ficava fedendo a mofo, vários computadores não funcionavam. Quando chovia tinha goteira, ficava uma poça de água próxima da fiação, era perigoso! (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Ainda sobre os laboratórios de informática relatou:

Quando tem [computadores], não conecta à internet. Ouço muito falar sobre distinção entre os cursos. Afinal, por que os estudantes dos cursos de Cinema e Áudio Visual, Artes Visuais e Publicidade e Propaganda – Comunicação, tem laboratório específico? Social são específicos? (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

O CAHL/UFRB possuía no período de realização da pesquisa um laboratório de informática específico para os cursos mencionados acima, com linhas de computadores Mac – Apple.

Jahari, 22, manifestou que o CAHL/UFRB oferece uma condição favorável para o estudo acadêmico:

Mas não é 100% se comparamos com a Sede [campus Sede] de Cruz [das Almas]. Lá tem uma biblioteca enorme além de vários prédios. Tem o Restaurante Universitário e aqui [CAHL] já não temos (Jahari - Serviço social).

Considerou, então, que mesmo as condições não sendo as piores, poderia haver a ampliação das condições favoráveis no CAHL/UFRB. Iruwa, 54, relatou:

Nesse momento, o laboratório de computadores é um problema. Nem tudo é de todo mundo, sabe? Mas, o que é de todo mundo fica desprezado. E como [o laboratório de informática] fica lá para quem quiser usar, quase sempre não tem mouse ou os computadores estão quebrados (Iruwa - Museologia).

À esse respeito, conheci diversos relatos porque, em 2016, o Laboratório de Informática do CAHL/UFRB não contou com servidores ou monitores, estagiários etc. para monitoramento da sala.

Em 2017, a Direção do CAHL/UFRB designou uma funcionária terceirizada para gerenciar no local. Adofo, 29, pontuou então a necessidade de aumento de investimentos com Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis pelo Estado brasileiro porque:

Além de termos tido um ensino médio público por vezes bem fracassado, temos que ter o apoio de um auxílio para dormir, acordar, comer, transportar e estudar (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

A precariedade que resulta no aumento das injustiças sociais e é um insulto para estudantes negras(os) pobres permanecerem na universidade.

Para Nijala, 53, na inauguração, em 25 de maio de 2009, a situação do CAHL/UFRB parecia bem melhor:

Agora estamos sabendo que a sala de computadores... Muitos quebrados! A internet, tem dias que funciona e outros não; Os bebedouros sem água gelada. Aqui [no CAHL] não tem refeitório (Nijala - Museologia).

Esses relatos que informam a importância de Ações Afirmativas e assuntos estudantis, com atenção especial para os restaurantes universitários – RUs, que são importantes tanto para quem se desloca de sua cidade para estudar quanto para quem mora e estuda nas instalações da universidade.

Com relação à biblioteca, Nijala considerou algumas restaurações necessárias. Já, Afya, 41, expressou:

A biblioteca ainda tem alguns livros, mas a sala de aula... Gente, pelo amor de Deus! Precisa de uma

reestruturada boa, melhorar porque assim, no curso de museologia mesmo, não temos laboratório para investigações que o curso necessita. Estudamos muito o teórico, mas o prático não temos tanto (Afyá - Museologia).

Reiterou o fato de se sentir constantemente cobrada pela universidade a melhorar seu desempenho acadêmico sem perceber, contudo, melhoria das condições que garantem o ensino de qualidade.

CAHL/UFRB e *campus* Sede

Nesse tópico são apresentadas questões como a correspondência do CAHL/UFRB e o *campus* Sede, em Cruz das Almas-BA. Kashka, 23, disse que participou de eventos na Sede da UFRB, considerando essa correspondência desigual:

Por mais que seja a sede, nos perguntamos: há uma administração que está sendo exercida de modo que todos os Centros sejam valorizados? Não percebo isso. O que percebo é uma sede onde estão abrigados cursos de exatas que, nessa lógica positivista, são mais valorizados em relação aos demais Centros (Kashka – História).

A sede da UFRB conforma uma cidade universitária: do portão principal, que dá acesso aos pavilhões de aula e a reitoria, a distância aproximada é de 3 km.

A realização dessa pesquisa coincidiu com a ocupação do prédio da reitoria pelo movimento estudantil “MOVIMENTO OCUPA UFRB”, por isso, estive acampado cerca de quarenta dias com os estudantes da UFRB, dos mais de sessenta e sete dias de ocupação. As atividades aconteceram de maneira coordenada, com reuniões programadas para dialogar sobre a convivência, os hábitos de alimentação e limpeza dos espaços comuns; redação de cartas e moções em Assembleias, enfim,

documentos para negociação com a reitoria, visando assegurar o funcionamento da universidade.

A Assembleia Geral Estudantil realizada no prédio da reitoria da UFRB, em 19 outubro de 2016, deliberou pela ocupação. No contexto de mobilização nacional, visou impedir a tramitação/aprovação da PEC 241, convertida em PEC 55 no Senado e, finalmente, na EC 95/2016. O “Movimento Ocupa UFRB” durou até 29 de dezembro de 2016.

Nesse período, observei aspectos sobre a infraestrutura do campus sede: espaço horizontalizado, com pavilhões de salas de aulas e a estrutura administrativa concentrada na sede da UFRB. Trata-se de uma cidade universitária, com Restaurante Universitário – R.U. ainda que restrito aos beneficiários pela PROPAAE – com refeições diárias, inclusive, nos finais de semana.

Segundo apurei, as Casas de Estudantes mantidas no campus sede, possuem nomes: Trio Elétrico; Hospício e Hospital. Pelas manhãs e/ou à tardezinha saía para caminhar ou correr e imaginava como se deram as relações entre Universidade e Comunidade, uma vez que Cruz das Almas – BA foi criada em 29 de julho de 1897, mesmo dia que a UFRB foi instituída, em 2005.

Ashanti, 24, visitou o *campus* sede em diversas ocasiões destacando a cerimônia de colação de grau de sua mãe, que cursou Tecnologia em Agroecologia, no CCAAB/UFRB. Também nos períodos realização da matrícula e rematrícula; e nas edições da “Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia – RECONCITEC”.

Jahari, 22, chegou a estudar no CETEC, campus sede da UFRB, em 2014, no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BC&T:

Fiquei um mês, foi o primeiro contato com esse mundo. Tinha visitado quando estava rolando aulas do Universidade para Todos e para conhecer outros *cam-*

pus da UFRB. Era estudante do ensino médio, viemos no CAHL em Cruz das Almas (Jahari - Serviço Social).

Ele se referiu ao cursinho “Universidade Para Todos”, projeto do Governo Estadual da Bahia²³, executado a partir de parceria com as Universidades Estaduais.

Iruwa, 54, estudou no *campus* sede, em 2010, na primeira oportunidade de ingresso na UFRB, no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (CCAAB). Ela já frequentava desde eventos acadêmicos até para piqueniques ou aprender a dirigir. Quando foi selecionada para o curso de Museologia, no CAHL/UFRB, disse que compartilhou a notícia com um amigo que, logo manifestou: “– Poxa, Cachoeira só tem ‘viado’ e doido!”. Ela retrucou, dizendo:

“– Então é para lá mesmo que quero ir porque, de viado e doido, todo mundo tem um pouco. – de médico também como diz o ditado” [risos] (Iruwa – Museologia).

Ela seguiu para Cachoeira confiante de que iria se sentir bem e realizada com a nova fase.

Adofo, 29, comentou que já ter conhecido todas as unidades da UFRB:

Tudo tem que ir pra lá [*campus* Sede]. E fica naquele jogo burocrático de empurra pra lá e pra cá, enquanto isso acabamos no meio de tudo (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

A UFRB define permanência qualificada como ação que coloca em prática o exercício da corresponsabilidade, mutualidade no trato com demandas da comunidade acadêmica. Por esse motivo, é necessário avaliar os modelos de ação institucional implicados na gestão de pessoas, reparando-os de modo a combater o racismo institucional e sistêmico.

²³ Criado através do Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004 e o Decreto nº 17.610, de 18 de maio de 2017.

Nijala, 53, visitou o *campus* sede uma vez, por ocasião da matrícula, em 2014. Disse:

Não entendo porque tudo é feito lá e não aqui. Agora mesmo estou fazendo estágio e toda a documentação precisa ser enviada pra lá (Nijala - Museologia).

Afya, 41, ao contrário de Nijala, visitou o *campus* sede com frequência. Mas, expressou opinião semelhante ao considerar essa correspondência como uma dependência administrativa:

Às vezes você quer resolver alguma coisa aqui [CAHL] e não pode, tem que ir para o Centro em Cruz das Almas-BA. Fica aquela enrolação (Afya - Museologia).

As visitas se intensificaram após seu marido ingressar na UFRB, no curso de biologia/CCAAB/UFRB. A discente disse que se interessa pelos eventos do *campus* Sede, tais como palestras e atividades de extensão.

Diálogo com as gestoras

Esse tópico concentra a discussão de alguns aspectos como a infraestrutura disponível para as(os) estudantes: recursos para uso diário e; nível de segurança nos Câmpus da universidade. Para tanto, dialoguei com a prof.^a Maria Goretti da Fonseca Calvalcante Pontes, do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFRB, mestre em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (1996) e graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1992). Atuou como Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE/UFRB de 2015 a 2019.

Questionei sobre como sua trajetória acadêmica e profissional a orientaram para o interesse pelas PAA:

De várias formas, primeiro por mim mesma, que sou uma mulher negra e sofri preconceito desde a infân-

cia, adolescência e vida adulta, nos diversos setores com os quais me relacionava. Depois como profissional, as situações pelas quais meus alunos ou pacientes vivenciavam. Situações também de preconceito, problemas de identidade (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Comentou sobre o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades - REUNI²⁴:

As universidades brasileiras até 2009, 2010 eram ainda muito elitizadas. O REUNI vem com esse processo de expansão, democratização do ensino superior, que até então era destinado à população mais rica das cidades (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

A respeito da Lei N° 12.711/2012 ou Lei de cotas, afirmou:

Nunca se teve tanta discussão em uma lei como a lei de cotas. Isso porque a grande camada da sociedade não quer negros dentro das universidades, não quer chegar no consultório e ser atendido por um negro (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Essa Lei de Cotas se trata de um movimento nacional para democratização do acesso nas IFES. Cabe salientar novamente que a Lei N° 5.465, de 3 de julho de 1968, também conhecida como “Lei do Boi”, somente a elite do dinheiro podia acessar²⁵.

Logo, merece destaque a “IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras”²⁶, que reuniu:

²⁴ Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI.

²⁵ Foi revogada, em 1985, através da *Lei nº 7.423*. A “Lei do Boi” destinava 50% das vagas dos estabelecimentos de ensino médio agrícola e escolas superiores de Agricultura e Veterinária, a candidatos agricultores ou filhos destes, residentes na zona rural - além de 30%, em escolas de ensino médio, para agricultores ou filhos destes residentes em cidades ou vilas.

²⁶ Realizada em 2014 pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais – CEPES, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia – IEUFU, publicada em 2016 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

Ampla conjunto de informações sobre os mais diversos e prioritários temas para o entendimento da vida estudantil dos graduandos dessas Instituições Federais [...], e que vem distribuído em nove tópicos: 1 – Identificação e Perfil Básico; 2 – Moradia; 3 – Família; 4 – Trabalho; 5 – Histórico Escolar; 6 – Vida Acadêmica; 7 – Informações Culturais; 8 – Saúde e Qualidade de Vida; e, 9 – Dificuldades Estudantis (FONAPRACE, 2014, p. 01).

Em relação ao Nordeste:

Enquanto a representação de brancos(as) nas IFES saltou de 38,1%, em 2003, para 49,33%, em 2014, a representação de pardos(as) ficou em 8,6%, em 2003, indo para 12,94%, em 2014. Pretas(os), por sua vez, caíram de 2,9%, em 2003, para 0,62%, em 2014 (FONAPRACE, 2014, p. 03-07).

A UFRB contava, em 2018, com o percentual de 83% de estudantes negras(os), informação destacada pela Pró-Reitora:

Somos uma universidade feminina, maioria de mulheres em todos os centros com exceção do CETEC²⁷, que é o das engenharias. Somos uma universidade 93% baiana, oriundos do estado da Bahia. Do Recôncavo fica em torno de 50% a 60% deste percentual. E somos a universidade mais negra, com menor renda per capita (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Os recursos para Assistência Estudantil sofreram drásticas reduções em razão dos cortes orçamentários da União.

Esse corte de recursos foram intensificados após a mudança de governo ocorrida de forma intempestiva, em 2016:

Tivemos uma redução absurda do valor que a universidade recebeu do PNAES²⁸ ano passado (2016) em relação ao desse ano (2017). Tivemos perda de

²⁷ Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFRB.

²⁸ Plano Nacional de Assistência Estudantil, criado mediante Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que não se tornou lei, posto que não avançou na pauta do Congresso Nacional os projetos com esse teor.

verba, isto significa dificuldade para auxiliar financeiramente o aluno que precisa de auxílio para permanecer na universidade (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

A Pró-reitora enfatizou a existência de alunos que, se for retirado o auxílio não consegue continuar os estudos. Quanto ao PPQ da UFRB, se trata de uma ação constituinte do conjunto de políticas cujo propósito é articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência no ensino superior.

A segunda entrevistada, prof.^a Georgina Gonçalves dos Santos, do CAHL/UFRB, doutora em Educação pela Universidade de Paris VIII (2006), mestre em Educação pela UFBA (2001) e graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador (1992), atuou como Vice-Reitora de 2015 a 2019. Acerca dos desafios das IFES tais como necessidade de reformulação do desenho sobre a redistribuição dos recursos, disse:

Estamos vivendo um momento emblemático na política do ensino superior em relação ao que experimentamos nos últimos 10 ou 12 anos. Não vejo outra saída senão buscarmos o diálogo e a unidade para o enfrentamento dessas dificuldades (Vice-reitora/UFRB).

Retratou sobre quão simbólico é falar de empoderamento de setores populares da sociedade ao mesmo tempo que verificou dilemas do ponto de vista material, recursos materiais. Afirmou que é urgente buscar aliados na luta pró-equidade racial no ensino superior e em defesa da instituição.

A defesa das PAA e Assuntos Estudantis no ensino superior parte da indagação sobre qual projeto de universidade queremos? A Prof.^a Georgina compartilhou que:

No decorrer da história da UFRB temos tido enquanto gestores uma disposição para aprender mais sobre

a Política Afirmativa, como ensaiá-la e elaborá-la. Voltar sobre os próprios passos, em seus erros e acertos. Se dispor a construir tensões e confrontos com a comunidade, no sentido de avançar, compreendendo que a universidade nunca está acabada (Vice-reitora/UFRB).

Ao final da entrevista, expressou sobre a importância da afiliação estudantil ao mencionar:

Minha compreensão é a de que todo e qualquer estudante precisa aprender a ser estudante: ler um artigo, estudar, enfim, ser universitário(a). Isso é verdade para todo e qualquer estudante (Vice-reitora/UFRB).

No dia 09 de dezembro, estudantes de diferentes Centros da UFRB, que se encontravam ocupados há pelo menos 50 dias, se reuniram no Centro de Formação de Professores - CFP, em Amargosa – BA, onde foi possível conhecer as instalações do CFP/UFRB, além participar em manifestações pelas ruas da cidade, percorrendo lugares como o mercado municipal, em 11 de dezembro de 2016.

Interagimos com as(os) moradores da cidade e compartilhamos que a principal reivindicação do “Movimento Ocupa UFRB” era para garantir direitos de cidadania, que estavam sendo retirados com os cortes nos investimentos para educação, saúde, habitação, transporte etc., direitos imprescindíveis para o desenvolvimento social, econômico, cultural nacional, regional e local.

CAHL/UFRB: coletivos e grupos de afinidades

Nesse tópico a discussão se concentrou sobre a importância de conhecer como são conformados os grupos de interesses e afinidades denominados de “Coletivos”, na universidade pública. Foram consideradas questões como a autodeclaração em relação à cor ou raça/etnia e, se conhece ou participa de algum coletivo dentro ou fora da universidade.

Em caso afirmativo, se gostaria de comentar sobre essas experiências porque, a manutenção de laços de solidariedade, a partir da organização e/ou participação em coletivos universitários pode ser também uma estratégia de permanência qualificada, já que contribui para pensar sobre as diferenças no próprio cotidiano, espaço local.

Kashka, 23, se autodeclarou preto e disse que:

Ser negro é não ter a mesma facilidade de transitar pelos espaços onde nós deveríamos estar e não estamos por conta desse impedimento de cor/raça. Ser negro é ter essa preocupação com meu lugar no mundo, não como uma crise existencial, é físico mesmo, real27/10/22 (Kashka - História).

Com relação à sua participação em algum coletivo dentro ou fora da universidade, manifestou ter participado do:

Núcleo Akofena e algumas reuniões do Coletivo Aquenda. O Akofena é um núcleo negro de estudos aqui do CAHL; o Aquenda é um coletivo LGBT que atua também aqui. Minha experiência com todos esses coletivos é de fortalecimento, foram de extrema importância para minha permanência na universidade (Kashka- História).

O Núcleo AKOFENA²⁹ existe desde 2009 e foi criado com o objetivo de se tornar um espaço de formação política para estudantes negras(os)

²⁹ Acesse o blog do Núcleo Akofena/NNNE - Núcleo de Negras e Negros da UFRB ára mais informações. Disponível em: <https://nucleoakofena.wordpress.com/>. Acesso em 03 Out. 2022

e cotistas, a fim de pautarem também as discussões raciais na Universidade.

Ashanti, 24, também se autodeclarou negra e destacou que, de acordo com a classificação do IBGE:

Marcava 'pardo' porque acho que é o que consta no registro de nascimento. Mas, hoje passei a me considerar negra (Ashanti - História).

Mencionou conhecer também o Núcleo Akofena e o Coletivo Aquenda³⁰, apesar de não participar.

Jahari, 22, também se autodeclarou negro e relatou sobre a necessidade de pessoas negras(os) buscarem auto aceitação, sendo que essa condição vai além da concentração de melanina na pele:

Ser negro é ter consciência, saber porque essa condição faz de mim diferente ou melhor, por que sou considerado diferente por ser negro? (Jahari - Serviço Social).

Manifestou a importância de participação, de mobilização do combate ao racismo:

Saber porque nos incomodamos com isso e aquilo e erguer a autoestima daquele irmão negro que esteja sofrendo para ser aceito, que está toda a semana alisando o cabelo para ser aceito [...]. Levar consciência e conhecimento para o irmão/ã negro/a (Jahari - Serviço Social).

Com relação aos coletivos também afirmou conhecer, mas que participa de um coletivo fora da universidade:

Faço parte de um grupo que está ligado à dança, o Hip Hop e tem a proposta de estar envolvido com ações junto à comunidade: pedagógicas, sociais e políticas [...]. Se trata de um coletivo e estamos, de

³⁰ Acesse o blog do Coletivo Aquenda da UFRB para mais informações. Disponível em: <https://coletivoaquenda.wordpress.com/>. Acesso em: 03 Out. 2022.

alguma forma, tentando nos engajar (Jahari - Serviço Social).

O grupo de Hip Hop se chama ABW CREW.

Iruwa, 54, se autodeclarou preta e disse que ser negra é muita luta, superação, resistência. Mencionou o PET Conexão de Saberes, da PRO-GRAD, como um coletivo que auxilia muito nessa relação com outros amigos, colegas de outros cursos, cidades, pois:

Tem o intercâmbio entre Santo Amaro, Cachoeira e Cruz das Almas, as rodas de conversa que realizamos nas escolas para falar sobre o Enem ou apresentar a universidade aos jovens do ensino médio etc. (Iruwa – Museologia).

Adofo, 29, por sua vez, manifestou o seguinte em relação autodeclaração racial:

Como sou de família miscigenada, me encaixo em tudo. Mas, por ser pobre, então me encaixo como preto, indígena e vou permeando por aí, abaixo dos brancos. As vezes as pessoas falam que sou muito escuro para ser branco e muito claro para ser preto (Adofo - Comunicação Social: Publicidade e Propaganda).

Trata-se de um relato importante, pois diz respeito ao tema do colorismo ou tolerância do sujeito negra(o) de pele clara pelos brancos, que privilegia, mas não livra do racismo (DJOKIC, 2015).

Nijala, 53, se autodeclarou negra, apesar de destacar o fato de sua certidão de nascimento constar como “pardo”:

Não sei o que é pardo (risos). Mas, quando vou fazer alguma inscrição para um concurso, por exemplo, coloco o que tem no registro. (Nijala - Museologia).

Para ela, as pessoas demonstram alguma dificuldade com relação à autodeclaração, rejeitando classificações como preto ou pardo. Afya, 41,

que também se autodeclarou negra, afirmou que assumir a descendência de ancestrais que muito lutaram, resistiram e resistem sem perder a autoestima ou ser menosprezado, é ser negra.

Nesse sentido, a questão das cotas raciais nas universidades trouxe para o debate público o tema das relações étnico-raciais:

Um momento importante de contestação do imaginário popular de democracia racial. A crescente produção de indicadores sociais tem contribuído para evidenciar um Brasil segmentado, hierarquizado e desigual (MIRANDA; CLEMENTE, 2016, p. 179).

Há muito tempo, a luta pela melhoria da escola pública não vinha tendo um eco tão forte na sociedade, por isso:

O debate de ações afirmativas ajuda-nos a compreender que jamais iremos 'humanizar' o sistema capitalista porque ele é gerador de desigualdade social (MIRANDA; CLEMENTE, 2016, p. 165).

Miranda e Clemente (2016) argumentam que a existência e criação da UFRB foi absolutamente estratégica e essencial para produzir desenvolvimento regional com sustentabilidade no contexto do mundo globalizado.

Estudantes negras(os): identidades, branquitude e negritude

Em uma aula ministrada pelo Prof. Kabengele Munanga (2016) no semestre letivo 2016.³¹ sobre “Negritude e identidade negra ou afro-descendente: um racismo ao avesso?”, refletimos que a identidade negra não se manifesta a partir da tomada de consciência quanto a diferença de pigmentação ou diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas.

Ao contrário, irrompe no sequestro, captura da violência colonial. Assim a negritude, no contexto africano e o ideal do branqueamento no contexto brasileiro, assumem um denominador comum: são resultado de um racismo universalista, que quis assimilar africanos e seus descendentes brasileiros numa cultura considerada superior (MUNANGA, 2012).

Desse modo, a identidade negra perpassa um processo compreendido no discurso de reparação/reconhecimento e, tanto a cultura quanto a psicologia são fatores importantes para a constituição de identidade:

[...] a questão e a teorização da identidade é um tema de considerável importância política, que só poderá avançar quando tanto a necessidade quanto a ‘impossibilidade’ da identidade, bem como a suturação do psíquico e do discursivo em sua constituição, forem plena e inequivocamente reconhecidos (HALL, 2003, p. 130-131).

Hall (2003, p. 108) compreende que “as identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”.

³¹ Como componente optativo: “Tópicos de identidade e Diversidade”, ofertado pelo PPGCS: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da UFRB.

Cida Bento (2002), por sua vez, doutora em psicologia pela USP e conselheira do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, ao analisar os efeitos psicossociais do racismo a partir da branquitude, na sociedade brasileira, destacou:

Chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades [...] o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras (BENTO, 2002, p. 02).

Para ela, o medo que alimenta a projeção dos sujeitos brancos acerca dos sujeitos negros compõe um dos aspectos da branquitude:

Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada (BENTO, 2002, p. 03).

Levando em conta os conceitos de branquitude e negritude, realizei um exercício de imaginação sociológica com as(os) estudantes negros entrevistados, incentivando a confrontarem e repensarem sobre questões de identidades a partir das relações étnico-raciais. Assim, as respostas demarcaram diferenças, sendo que essas(es) estudantes posicionaram os sujeitos brancos na condição de privilégio em relação aos negros.

Ao responder sobre qual o significado de ser branco(a), Kashka, 23, mencionou que:

Ser branco deve ser muito de bom por uma parte. Não que ninguém tenha problemas, mas ter todos os problemas atrelados à sua cor da pele é um peso grande. Ser branco é ter privilégios que me fariam, por exemplo, transitar com mais facilidade, é um privilégio (Kashka - História).

Ashanti, 24, considerou que não existe sujeito branco no Brasil já que essa condição está concentrada à Europa, nos países que mantêm leis rígidas de imigração:

Por mais que existam no Sul muitas cidades com altos índices de descendentes de alemães, considero difícil ter um que seja puramente branco (Ashanti - Ciências Sociais).

Para Jahari, 22:

Não tem como não pensar que seria mais fácil. Por exemplo, andaria na rua numa boa; estaria em um restaurante onde o custo possa ser um tanto mais elevado e não seria encarado de forma diferente; o segurança não me abordaria a toda hora (Jahari - Serviço Social).

O histórico de violência é uma realidade presente nos sujeitos negros ao ponto do estudante comentar que:

Ser branco é poder viver sem medo, ter mais oportunidade para cuidar da vida de uma forma autônoma (Jahari - Serviço Social).

Para Iruwa, 54, ser considerado branco:

É ter sido a única etnia que não foi escravizada [...]. O ser humano tem mania de ter o outro para lhe servir [...]. Não são todos, mas fica no imaginário coletivo e, às vezes, está até confirmado em normas e leis, que ser branco é ser supremo (Iruwa - Museologia).

Adofo, 29, disse que além do fenótipo caucasiano, cabelo liso, olhos claros, ser branco é possuir *status* de poder que demarca uma posição de privilégio em relação ao negro e ao indígena. Nijala, 53, se referiu à pouca quantidade de melanina, dizendo:

Branco é uma pessoa que nasceu com a pele mais clara, com menos melanina. Eu, negra, com mais me-

Ianina. Pronto, por isso sou negra e o outro é branco. (Nijala - Museologia).

Afya, 41, por fim, foi para além dos fenótipos e expressou que:

Ser branco não é só ter uma pele clara, mas uma alma transparente. É isso: ser transparente, uma alma boa, acho que é isso” (Afya - Museologia).

Essa consideração pode ser lida como percepção de que, ser branco transcende ao fenótipo, a cor da pele, o corpo para adentrar uma realidade mística.

Lugones (2008, p. 94) retrata a violência sobre as mulheres de cor, vítimas da colonialidade do poder e a colonialidade do gênero, argumentando que o gênero é uma imposição colonial ficcional de modo que “a raça não é nem mais mística nem mais fictícia do que o gênero, ambos são ficções poderosas”.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2017) contribui para o avanço da perspectiva africana de feminismo não eurocentrado ao explicar que, em geral, temos tido muito pouco contato com o pensamento africano e essa situação continua praticamente inalterada até os dias de hoje.

Considerações finais

A permanência de estudantes negras(os) nos espaços da sociedade em condição de igualdade é, a um só tempo representatividade e resistência. A Lei Nº 12.711/2012 ou Lei de cotas materializa uma política de enormes proporções, que atinge mais de 60 (sessenta) Universidades Federais e 39 (trinta e nove) Institutos Federais de Educação, ciência e tecnologia em todo o país.

Em 2022, está sendo amplamente debatida em razão de compor a pauta de discussão do Congresso Nacional pelo fato dessa lei prever a obrigatoriedade de revisão após dez anos da promulgação. Entre os desafios para a efetividade dessa PAA, está o compromisso do Estado com a garantia de condições para o acesso e a permanência.

Não basta conferir o acesso às universidades e não garantir o fundamental: criar condições para uma permanência qualificada. Caso contrário, os esforços de redução das desigualdades sociorraciais seguirão reduzidos a ações específicas de governos progressistas. É dever do Estado Democrático brasileiro o investimento em políticas públicas para garantia da cidadania.

Nas sociedades democráticas, as PAA para educação, saúde, habitação, trabalho etc. são resultado de políticas de Estado consistentes, focalizadas nos Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Questões étnico-raciais desde a infância até a vida adulta. O acesso a direitos sociais para as populações negra, indígena e quilombola, segue como uma prioridade para o alcance da equidade racial, social e ambiental.

A questão do fracasso universitário é um problema antigo, sobretudo, porque o ensino superior se dirige a adultos, logo, está diretamente ligado à conquista da autonomia, tratando-se de um ensino terminal que

parte do pressuposto de que a sua continuidade é voluntária ainda que a exigência do mercado de trabalho continue a selecionar perfis com maiores níveis de escolaridade.

Sousa (1983) em sua análise do fenômeno da ascensão social do negro brasileiro, argumentou que é simultânea a história de sua emocionalidade. Por isso, nesse livro, busquei apresentar os desafios identificados pelas(os) estudantes negras(os) entrevistados, entre eles, o envolvimento com a localidade onde está situada a IFES.

Esse vínculo com a comunidade implica em um compromisso que parte sobretudo, do sentimento de pertencimento com o lugar. Esse fortalecimento do vínculo das(os) discentes com a universidade e comunidade ao entorno, exige uma mobilização de sentimentos como: amor e admiração. Os quais empreendem esforços educativos de compreensão sobre as diferenças. É papel da universidade fomentar estratégias de fortalecimento dos vínculos com a comunidade local, por meio da valorização dos saberes.

Permitir com que a população negra viva em condições de desigualdades tão profundas como apontam os estudos, evidencia um desequilíbrio em termos de distribuição dos bens e serviços e, principalmente, o acesso a direitos como a educação. Foram quatorze (14) universidades criadas entre 2003 e 2009 no contexto do REUNI e, entre os mecanismos de acesso, o mais utilizado desde 2010 é o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que foi criado em 1998, e reestruturado, em 2008.

O Sistema ONU Brasil (2017) lançou a campanha: “Vidas Negras”, mês da consciência negra, como forma de reafirmar o seu compromisso com a implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). Não obstante, ainda existe uma relutância enorme em trazer a literatura de mulheres negras para os espaços acadêmicos, sendo que um dos motivos é a epistemologia descolonial que resgata conceitos como “genocídio” para retratar o aniquilamento do povo negro.

Esse ressurgir do debate sobre as Políticas de Ação Afirmativa deve-se à expansão da Lei de Cotas no ensino superior público e nos concursos públicos federais, com a Lei Nº 12.990, de 9 de Junho de 2014 - em junho de 2017, o plenário do Supremo Tribunal Federal declarou por unanimidade a constitucionalidade da Lei. Essas decisões demonstram a pertinência do debate sobre as PAA no Brasil.

Em 2005, a UFRB implantou cotas raciais - foram 40% de reserva das vagas, um feito histórico, já que outras universidades como a UFSCar³², somente aderiu às cotas após a implementação da referida lei de Cotas, o que demonstra uma forte disputa política na arena chamada Congresso Nacional.

³² Criada em 1968 através do Decreto n.º 62.758, de 23 de maio de 1968.

Referências

BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Políticas Afirmativas no Ensino Superior: a experiência da UFRB. **Coleção Estudos Afirmativos**. v.4. Rio de Janeiro : FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2013. 50 p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002, 25-58p.

BN CULTURA. Cachoeira recebe primeira edição do Festival de Reggae. Bahia Notícias. Salvador - BA. 13/12/2017. Online. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/30216-cachoeira-recebe-primeira-edicao-do-festival-de-reggae.html>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. **Decreto N° 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D7037.htm#art7. Acesso em 27 Mar. 2018.

_____. **LEI N° 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n^{os} 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 30 Set. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE cidades**. Bahia, Cachoeira, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>. Acesso em 30 Set. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE cidades**. Bahia, São Félix, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felix/panorama>. Acesso em 30 Set. 2022.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Petróleo: da crise aos carros flex. Desafios do Desenvolvimento.** Ano 7, Edição 59, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria N° 515, de 14 de junho de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://impresanacional.gov.br/materia/>-. Acesso em: 10 Set. 2018.

CARVALHO, Juliéverson M. de. Emoção corpo e política: presença e permanência de estudantes negras/os no CAHL/UFRB e a (re)constituição de identidade étnico-racial. **Dissertação (mestrado).** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, Cachoeira BA, 2018. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pg-cienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/22-2018>. Acesso em: 23/09/2021.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária.** Salvador : EDUFBA, 2008.

DA REDAÇÃO. Recôncavo Jazz Festival reúne nomes do jazz mundial em Cachoeira. **CORREIO.** Salvador - BA. 29/03/2018. Música, online. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/reconcavo-jazz-festival-reune-nomes-do-jazz-mundial-em-cachoeira/>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. Portal Geledés, Questões de Gênero, Mulher Negra. Rio de Janeiro, 26/02/2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acesso em: 03 Out. 2022.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais.** Ed. Lugar da História. Portugal, p. 273-283, 2011.

FONAPRACE. IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Graduação de IFES: 2014. Fórum Nacional de Pró-reitores de

Assuntos Comunitários e Estudantis. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – **Andifes** : Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 11 Set. 2018.

GELEDÉS. Significados dos Nomes Próprios Africanos. **Educação, Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. 18/12/2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/significados-dos-nomes-proprios-africanos/>. Acesso em: 25. Set. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte, MG : Autêntica, 2006. 411 p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, ANPOCS, 1984. 303p. p.223-244.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.

HERINGER, Rosana. “O que será o amanhã?” – Perspectivas sobre o futuro após o Ensino Médio entre estudantes negros e brancos na Cidade de Deus. Rio de Janeiro. Águas de Lindóia - SP. **Anais do 36º. Encontro Anual da ANPOCS**, GT 30 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. 2012.

HERINGER, Rosana; HONORATO, Gabriela de S. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (**UFRJ**). In: BARBOSA, Maria Ligia de O. (Org.). **Ensino Superior: expansão e democratização**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

JANSEN, Roberta. Anistia Internacional enumera perguntas sem resposta 11 meses após morte de Marielle. **Terra Notícias**, Brasil, Cidades, 13/02/2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/anistia-internacional-enumera-perguntas-sem-resposta-11-meses-apos-morte-de-marielle,cfbf7acc3160e1508dd718017ddae7b59nwzm8j9.html>. Acesso em: 03 Out. 2022.

KARRUZ, Ana Paula. Em pé de igualdade? Avaliação da efetividade da Lei das Cotas na UFMG. **Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs**. ST 28 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. Caxambu, MG, 2016.

LUGONES, María. *Colonialidad y Género*. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colômbia, N° 9, 75-101, jul./dez., 2008.

MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha; CLEMENTE, Marcia da. Direitos sociais e ações afirmativas: a saúde da população negra no Recôncavo da Bahia. In: OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). **Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas**. Cruz das Almas : EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016, p. 165-188.

MUGNATTO, Sílvia. Universidades têm queda de investimentos constante desde 2015. **Agência Câmara de Notícias**. Educação, Cultura e Esportes. Brasília, 04/06/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/768428-universidades-tem-queda-de-investimentos-constante-desde-2015/>. Acesso em: 30 Set. 2022.

MUNANGA, Kabenguele. **Negritude** : usos e sentidos. – 3. ed. – 1. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

_____. Negritude e identidade negra ou afro-descendente: um racismo ao avesso? In: Disciplina Optativa: “**Tópicos de identidade e Diversidade**”, PPGCS: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, UFRB, 2016.

NACIF, Paulo. A Escola de Agronomia: Ascensão e queda de uma potência. 13/08/2018. In: **Blog Paulo Nacif**. Educação, cultura, diversidade e sustentabilidade, online. Disponível em: <http://paulonacif.com.br/2018/08/13/a-escola-de-agronomia-ascensao-e-queda-de-uma-potencia/>. Acesso em: 11 Set. 2018.

NOTÍCIAS STF. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Brasília - DF. **STF, Imprensa**, 26/04/2012, online: Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>. Acesso em 26 Mar. 2018.

_____. Plenário declara constitucionalidade da Lei de Cotas no serviço público federal. Brasília - DF. **STF, Imprensa**. 08/06/2017, online. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346140>. Acesso em: 13 Out. 2017.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). **Cenários da saúde da população negra no Brasil**: diálogos e pesquisas. Cruz de Almas: EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016.

ONU BRASIL. Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes divulga comunicado sobre visita ao Brasil. Brasília – DF. **Nações Unidas Brasil, Notícias**. 13/12/2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/64594-grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final-sobre-visita-ao>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

_____. Campanha: Vidas Negras. Pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil. **Sistema ONU Brasil e Década Internacional de Afrodescendentes**. 01/11/2017, online. Disponível em: <http://vidasnegras.nacoesunidas.org>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

OYĒWÙMÍ, Oyèronké. La visualización del cuerpo: teorías occidentales y sujetos africanos / La colonización de las mentes y los cuerpos: género y colonialismo. In: **La invención de las mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá – Colômbia: Editorial en la frontera, 2017.

PAULA, Joana D'Arc de. A Graduação Superior como Meio de Mobilidade Social: Percepções e Discursos de Afro-Brasileiros. **Tese (Doutorado)**. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, Portugal, 2013.

REIS, Dyane Brito R. S. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. **Tese (Doutorado)**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

_____. Trajetórias negras importam: histórias de nordestinas (os) egressas de políticas de cotas raciais no ensino público brasileiro (2003-2018). **Revista Humanidades e Inovação**, V. 7 nº 25, 2020: corporalidades, narrativas e conhecimentos insurgentes, 2020.

REIS, Luciane. **Irmandades religiosas no Brasil**: luta e resistência negra. Rede Social Correio Nagô. Salvador - BA. 09/01/2011. Notícias, online. Disponível em: <http://correionago.ning.com/profiles/blogs/irmandades-religiosas-no-1>. Acesso em: 31 Jul. 2018.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Org.). **O Preconceito**. Vários autores. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p. 133-145.

SANTOS, M. C.; SANTOS, M. G. C. Riscos ambientais e Juventudes no Recôncavo Baiano. In: Luciano Fernandes Lourenço e Manuel Alberto Mateus. (Org.). **Riscos Ambientais e Juventudes no Recôncavo Baiano**. 250 ed. Coimbra - Portugal: Universidade de Coimbra, 2013, v. I, p. 1-18.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade o negro brasileiro em ascensão social**. 2^a Ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1990.

VARGAS, João H. Costa. “Desidentificação”. A lógica de Exclusão Antinegra do Brasil. In: PINHO, Osmundo; VARGAS, João H. Costa (Orgs.). Antinegritude: **O Impossível Sujeito Negro na Formação Social Brasileira**. Cruz das Almas : EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016. 13-31p.

WESTIN, *Ricardo*. Senador Abdias Nascimento, uma vida dedicada à luta contra o racismo. **Agência Senado - Arquivo S**. Edição 78, Sociedade. Publicado em 7/5/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senador-abdias-nascimento-uma-vida-dedicada-a-luta-contra-o-racismo>. 05 Out. 2022.

Sobre o autor



Juliéverson Messias de Carvalho

Doutorando em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFJF). Mestre em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (UFRB). Bacharel em Ciência Política e Sociologia (UNILA).
E-mail: carvalho.julieverson@estudante.ufjf.br

No século XX e início do XXI, nenhuma universidade pública havia assumido o compromisso com políticas afirmativas no combate ao preconceito racial e promoção da inclusão social. Em 2008, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Em 2022, debates sobre o aperfeiçoamento dos dispositivos de execução da Lei de Cotas entraram na pauta do Congresso Nacional em razão de sua revisão. Nesse sentido, cabe a pergunta: A quantas anda a política de permanência qualificada no CAHL/UFRB?

ISBN: 978-65-88622-42-1



9 786588 622421 >



Editora UFRB

